

## **A inserção de imigrantes congolese nas relações de trabalho no Rio de Janeiro**

Ricardo Rezende Figueira

Sarah Mbuyamba Masengu

### **Resumo**

*Aqui temos o resultado de uma pesquisa sobre imigrantes congolese, a maioria em situação de refúgio, que viviam em áreas pobres na área metropolitana da grande Rio de Janeiro, Brasil, e sua inserção no mundo do trabalho. Como viviam antes de partir do Congo, de que forma eles próprios compreenderam sua situação no Brasil - os estranhamentos e as dificuldades vividos na atividade laboral -, e como a interpretaram autoridades do então Ministério do Trabalho e estudiosos do tema em relação ao crime definido na legislação brasileira como situação análoga a escravo. O estudo também revelou sonhos e desejos de permanecer no Brasil ou partir.*

### **Abstract**

*This study presents the results of research about Congolese immigrants, mostly refugees, living in poor areas in the metropolitan region of Rio de Janeiro, Brazil, and their incorporation into the world of work. It covers how they used to live before leaving the Congo, how they understood their own situation in Brazil – the strangeness and the difficulties experienced in their working lives -, and how these were interpreted by officials of the then Ministry of Labour and specialists on the issue in relation to the crime defined in Brazilian legislation as a situation analogous to the slavery. The study has also revealed dreams and desires as regards staying in Brazil or leaving.*

Estudamos a presença de pessoas oriundas da República Democrática do Congo (RDC) na área metropolitana da grande Rio de Janeiro. Boa parte veio ao Brasil em busca de refúgio político. A RDC é um país que, até 1997, se chamava Zaire e se libertou da Bélgica somente em 1960. Tem mais de 80 milhões de habitantes, dezenas de grupos étnicos e línguas nativas, além do francês; sua capital é a cidade de Kinshasa, possui baixo Índice de Desenvolvimento Humano, grande riqueza mineral, vive uma situação de instabilidade política, confrontos armados, estupros e assassinatos entre grupos rivais e tem um dos grandes movimentos de deslocamento humano involuntário. Em junho de 2019, segundo a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2019), 300 mil pessoas teriam sido obrigadas a abandonar suas casas no Nordeste da RDC. Em função dos conflitos e do caos econômico, muitos fugiram para salvar as suas vidas e ou para construir uma alternativa econômica e social de sobrevivência também no Brasil.

Ao longo do texto, ao utilizarmos as palavras congolês ou Congo, nos referimos a RDC ou a seus cidadãos. Ao chegarem ao Brasil, a maioria foi para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (Gallo, 2017, p 146). Conforme informações da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, haveria no estado, em 2017, 2431 pessoas, destas 931 seriam refugiadas e 1.500 solicitantes de refúgio (Masengu, 2017, p 63). Pesquisamos congolese refugiados ou não, e o recorte geográfico de suas moradias foi em sete áreas pobres e precárias, conhecidas como favelas ou comunidades, do município do Rio de Janeiro<sup>1</sup> e de dois outros municípios, um em Jardim Gramacho, no município Duque de Caxias, e outro em Jardim Canaã, no município de Nova Iguaçu. Não escolhemos antecipadamente as áreas, mas, no avançar da pesquisa, um entrevistado sugeria outro e assim sucessivamente. As entrevistas se realizaram em distintos locais. A maioria, nas residências dos informantes, oito no local de trabalho – salões de beleza – e quatro, no laboratório do GPTEC.

A pesquisa foi elaborada com um conjunto de questões que, organizadas, produziram dois textos.<sup>2</sup> Neste, houve a identificação dos entrevistados, sob pseudônimos, como se referiram à própria inserção no mundo do trabalho, sua percepção a respeito do tema<sup>3</sup> e o desafio entre permanecer no Brasil ou empreender uma nova migração. Entre fevereiro de 2018 e setembro de 2019, entrevistamos 26 congolese, sendo 16 homens e dez

<sup>1</sup> Brás de Pina, Vaz Lobo, Barros Filho, Cidade de Deus, Morro da Serrinha, Pavuna, Vigário Geral e Morro da Providência que fica na região conhecida como Centro.

<sup>2</sup> No primeiro, vimos questões de relações em rede, estranhamentos, racismo, violência etc.

<sup>3</sup> Alguns, veremos, reconheciam terem se encontrado na situação definida pela legislação nacional brasileira como: “Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)”.

mulheres. Diversas vezes o entrevistado estava em companhia de outra pessoa que, de alguma forma, participava, como espectador ou alguém que complementava as informações e, pelo fato da entrevista ser realizada por uma pesquisadora congolese e, às vezes também, por um brasileiro, certamente impunha representações que implicavam em confiança, cuidados e empatia, lembrando Golfman (1999). Sete mulheres foram entrevistadas de forma coletiva no seu local de trabalho em Madureira, em uma galeria popular onde alugavam pequenas lojas, ou espaços em *box*, para realizar diversos tipos de tranças<sup>4</sup> de cabelos femininos e masculinos. A entrevista coletiva se deu pelo fato de elas trabalharem no mesmo espaço físico e não havia possibilidade de encontros privados. Foram as últimas entrevistas. Antes procurávamos trabalhadoras assalariadas e só encontramos três, pois boa parte das mulheres optou por atividades ligadas ao cabelo, que funcionava como se fossem autônomas em um salão próprio ou de alguma outra congolese.

No mesmo período, submetemos as entrevistas a dois auditores fiscais e a alguns estudiosos do tema, para verificar como compreendiam o fenômeno do trabalho descrito pelos informantes, sob o ponto de vista da lei brasileira. O artigo 149 do Código Penal define o trabalho análogo à de escravo, aquele pensado no direito romano como *Plagio*,<sup>5</sup> sou no artigo 179 da lei 1612/1830 do “Código Criminal do Império do Brasil”. Neles, a pessoa juridicamente livre é tratada como se fosse escrava. Contudo, a novidade, a partir de 2003, foi definir o crime como algo que não está condicionado à retenção da liberdade. Tratar a pessoa de forma degradante ou submetê-la ao trabalho exaustivo, independente do trabalho forçado é considerado incluso na lei.<sup>6</sup>

Em função da pesquisa, além das entrevistas, estivemos no Congo e em Angola em uma viagem de 15 dias, realizamos leituras sobre os congolese e a migração e o trabalho. E foram úteis algumas leituras, como da tese de doutorado de Maria P. Tannuri (2010), que escreveu sobre refugiados congolese no Rio de Janeiro; e artigo de Franziska Reiffen (2019), sobre imigrantes congolese em São Paulo, e de Mariana Corrêa, Wesley Mattos e Carla Miranda (2015) sobre migrantes econômicos e refugiados no Brasil. Outras leituras ainda foram realizadas no decorrer do trabalho (Gallo, 2017; Haydu, 2017; Mbuyamba, 2017).

<sup>4</sup>Podia ser feita no próprio cabelo, com cabelo sintético, orgânico ou humano; ser uma trança solta, boxeadora ou um implante com nó ou costurado. A trança boxeadora ou *boxer braid* é composto por duas tranças embutidas em cada lado da cabeça, mais próximas ou distantes das orelhas.

<sup>5</sup> Ou *plagium: Lex Fabia de Plagiariis*, do século II AC que punia a escravização de homem livre e o comércio ou a posse de escravo alheio.

<sup>6</sup> Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). Sobre o artigo 149 veja Cavalcanti (2020: 67-84) e sobre a escravidão ilegal que precede a abolição da escravatura, Figueira e outros (2017)

Como método de pesquisa, no primeiro contato, as perguntas foram fechadas; na segunda, abertas, com um roteiro orientador. Em alguns casos houve mais de um encontro com a mesma pessoa. Realizadas em português, francês ou Lingala,<sup>7</sup> as entrevistas foram gravadas, traduzidas, transcritas e analisadas. Não foram gravadas com o grupo de mulheres dedicadas a atividades em salão de beleza quando o dispositivo para a gravação não esteve disponível e com uma discussão sobre o tema com uma juíza do trabalho e uma advogada trabalhista, ambas estudiosas do tema da escravidão ilegal e contemporânea.

Alguns países têm suas políticas públicas para receber ou recusar imigrantes, inclusive o Brasil. E, na prática, pode haver discriminações seja pelo estado, seja por preconceitos da própria população. No Brasil, uns imigraram para o trabalho especializado, receberam altos salários e vieram especialmente do Norte. Outros, mesmo com certa qualificação, podiam vir da América Latina, África ou Ásia. Para estes, os salários mais baixos, as condições de trabalho precárias e podiam estar em situação de “indocumentados”. Assim há um fluxo Norte-Sul ou Sul-sul. Sobre isso, entre muitos trabalhos, tem um texto da socióloga Patrícia Villen (2014) a respeito dos anos 2000 e poderíamos nos lembrar do grande fluxo migratório especialmente no século XIX. Um dos estudos interessantes, por exemplo, é o de Robério S. Souza (2015), que demonstrou que as fronteiras entre o trabalho livre e escravo não eram tão claras na construção de trilhos entre 1858 e 1863, na Bahia. Escravos e italianos foram submetidos a um padrão de exploração que os aproximava. Mas nosso estudo tratou de alguns que vieram não oficialmente em busca do trabalho, mas especialmente como refugiados, fugitivos de guerra civil.

## **Os entrevistados**

Os entrevistados se estabeleceram no grande Rio: a) três como solicitantes de refúgio; b) nove homens e dez mulheres como refugiados; c) quatro como residentes, pois obtiveram o visto, por terem filho no país. Quanto ao estado civil dos homens, dez eram solteiros; um, noivo; cinco, em relação marital; e das mulheres, sete estavam em situação também marital, e três eram solteiras. Alguns tinham filhos no Brasil ou em Angola ou na RDC.

Os homens nasceram em Kinshasa, capital do país; as mulheres, nove em Kinshasa e uma em Mbuji-mayi que é a capital e a maior cidade da província do Kasai Oriental. Há indícios que demonstram que as pessoas nascidas e vivendo fora da capital do Congo não tinham condições financeiras para embarcar para o Brasil ou para outro país distante. Esta gente, quando migrava o fazia internamente ou para os países vizinhos, pois, se a situação

<sup>7</sup> Sarah Masengu se expressa em três línguas nacionais da RDC além do francês.

em Kinshasa não era boa, em outras partes a taxa de desemprego e a miséria eram maiores. Por exemplo, em Mbuji-mayi teria uma população, segundo fontes governamentais, de 3,5 milhões de pessoas e o nível de desemprego poderia atingir 90 %, em 2015.<sup>8</sup> Neste sentido, a situação de Kinshasa parecia menos dramática e grande parte dos que vieram para o Brasil e foram à Europa ou à América do Norte, nasceram ali e dali se deslocaram. Aquelas que emigraram tenderam a chamar os familiares que ficaram. A informação, que se confirmou em São Paulo, nas entrevistas realizadas por Marcelo Haydu (2017, P: 63), foi de que a maioria das pessoas - 10 de 15 - nasceu em Kinshasa. De acordo com o nosso entrevistado Carlos, no Rio de Janeiro, quem morava em Kinshasa tinha acesso ao Aeroporto internacional e geralmente, condições financeiras para sair do país. Quem morava no interior geralmente trabalhava na roça em minifúndio ou como empregado em fazendas, ganhava quase nada, até mesmo trabalhava apenas em troca de alimentos.

Assim, todos os entrevistados neste estudo eram de área urbana densamente povoada. O país contava com 95.784.841 habitantes em 2019<sup>9</sup>, com uma alta taxa de desemprego<sup>9</sup>. Em 2011, o desemprego atingia mais de 85% da população ativa (Dieudonné, 2011).<sup>10</sup> Kinshasa teria mais de 11, 8 milhões de habitantes em 2017.<sup>11</sup>

Dos 26 entrevistados, no momento das respectivas entrevistas, seis concluíram no Congo o curso superior; 12 o ensino médio. Carlos, 38 anos, se formou em enfermagem e cursava turismo no Brasil; Gerson, 33 anos, era graduado em Ciência Política e Administração; Leandro, 34 anos, em economia; Dayane, 34, formada, em contabilidade; Juliana, 59 anos, em medicina com especialização em clínica geral; Marcos, 31 anos, em Informática; Agnaldo, 30 anos, tinha ensino médio completo e estudava em curso técnico em Mecânica; Dan, 29, ensino médio completo e fazia Mercearia e Carpintaria; Fernando, 22, ensino médio completo, fez formação em pintura predial; Pietra, 30 anos; Eduardo, 44 anos; Fred, 25 anos; Mirna, 30 anos; Nice, 37 anos; Vera, 40 anos e Gina, 32 anos. Os sete últimos tinham ensino médio completo.<sup>12</sup> Oito dos entrevistados disseram que estudavam quando saíram do Congo. Um, solteiro, Demétrio, 30 anos, afirmou que só estudava. Fazia “engenharia de petróleo e gás, estava no meio do segundo ano, quando consegui vaga para

<sup>8</sup> Veja [www.radiookapi.net/sans-categorie/2008/10/15/mbuji-mayi-35-millions-dhabitants-plus-de-90-de-chomeurs](http://www.radiookapi.net/sans-categorie/2008/10/15/mbuji-mayi-35-millions-dhabitants-plus-de-90-de-chomeurs). Acesso em 18/09/2019

<sup>9</sup> Veja [www.populationdata.net/pays/republique-democratique-du-congo/](http://www.populationdata.net/pays/republique-democratique-du-congo/) Acesso em 18/09/2019

<sup>10</sup> Em 2005 seriam 15 %, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. In [www.cd.undp.org/content/dam/dem\\_rep\\_congo/docs/povred/UNDP-CD-Profil-Ville-Kinshasa.pdf](http://www.cd.undp.org/content/dam/dem_rep_congo/docs/povred/UNDP-CD-Profil-Ville-Kinshasa.pdf). Acesso em 20/09/2019.

<sup>11</sup> Veja estimativas [/www.suapesquisa.com/paises/republica\\_democratica\\_congo/kinshasa.htm](http://www.suapesquisa.com/paises/republica_democratica_congo/kinshasa.htm)

<sup>12</sup> Essa questão também se observava no trabalho de Haydu (2017, p: 65), onde dez, dos 15, entrevistados tinham ensino superior completo ou iniciado e outros cinco concluíram o ensino médio ou algum curso técnico, os entrevistados disseram que era “comum no país a busca pelo ensino superior, pela qualificação profissional, sobretudo entre os homens”.

intercâmbio para vir estudar aqui no Brasil”. Demétrio, veio em 2011, com 22 anos, pelo Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G)<sup>13</sup> para cursar geologia. Estudou por um ano o português, passou na prova de proficiência da língua e, assim começou a faculdade de geologia. Após cursar cinco semestres, por dificuldade de acompanhar as aulas, mudou de curso. Foi estudar turismo, fez também cinco semestres e trancou matrícula porque engravidou uma namorada brasileira e teve que buscar trabalho. O segundo, André, 30 anos, vivendo maritalmente, afirmou que, na RDC, fazia medicina, mas não concluiu. Estudou até o segundo ano e explicou ter parado a faculdade, pois “meu pai não tinha mais grana porque lá nada é de graça, faculdade tem que pagar, hospital tem que pagar, não tem essa coisa de graça igual aqui” e sobre o valor da faculdade, explicou, custava \$ 210 por ano. Chegou ao Brasil para continuar os estudos, mas não deu certo. O terceiro, Fábio, 28 anos, solteiro, fazia o curso superior em banco de dados. Três dos oito, Bruno, 22 anos, solteiro; Nora, 21 anos, vivendo maritalmente e Bruna, 21 anos, solteira, cursavam o último ano do ensino médio. A sétima, Clara, 32 anos, fazia o quinto período da faculdade de direito e a última, Olga, 32 anos, cursava faculdade de marketing.<sup>14</sup>

Quanto aos homens, antes de chegarem ao Brasil, trabalhavam como economista, pintor de parede, carpinteiro, mecânico, balconista, atendente de loja, cabeleireiro, militar; dois como ativistas de ONG - um na ONG da irmã; cinco eram estudantes. Marcos trabalhava na Airtel, uma empresa de telecomunicação. Agnaldo, sem contrato, fazia “bico”, como mecânico. Leandro, economista, atuava em uma casa de câmbio. Diego era atendente de *lanhouse*. William, jogador amador de futebol. Dan trabalhava como marceneiro e carpinteiro. Fernando, pintor profissional. Gerson, assistente administrativo no partido político da oposição. E Eduardo, cabeleireiro. Quanto às mulheres, uma era médica – ganhava na época 300 dólares por mês<sup>15</sup> -; uma era atendente de loja de migrantes libaneses no país, quatro eram donas de casa, uma era cabeleireira e três eram estudantes. Dada, atendente de empresa atacadista. Juliana, médica. Pietra, cabeleireira. E outros sete estavam desempregadas.

Sobre as atividades exercidas pelos pais dos entrevistados, entre os que informaram: nove mães e seis pais eram comerciantes; um pai, diretor em empresa de pintura; outro,

<sup>13</sup> Criado em 1965, pelo Decreto nº 55.613, regido pelo Decreto nº 7.948, oferecia a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantinha “acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O PEC-G era administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país.” Cf. <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>. Acesso em 11/09/2019.

<sup>14</sup> As sete mulheres cabeleireiras, entrevistadas juntas, todas disseram ter saído do Congo por razões políticas, perseguições do governo contra os maridos ou membros da família.

<sup>15</sup> O dólar em 28/11/2019 oscilava próximo de 5 reais.

aposentado; 12 mães eram donas de casa; três pais e duas mães eram médicos e médicas; um pai, engenheiro; cinco, funcionários públicos, como professor, trabalhador em cartório e na área de imposto; três pais e uma mãe eram desempregados. As informações não revelaram necessariamente a condição econômica da família; talvez revele, o lugar social. Um major, no Congo, em salário podia receber apenas 80 dólares em julho de 2019; as cidades, mesmo a capital, não tinham infraestrutura e saneamento básico. Quanto aos comerciantes, que sobressaíram nas pesquisas, não revelaram necessariamente condições econômicas melhores. Uma parte expressiva da população, mesmo da capital, por exemplo, circulava nas ruas vendendo produtos. Estar no comércio podia equiparar no Brasil a situação de pessoas que vendiam produtos nos sinais de trânsito ou nos ônibus.

Em relação a se já estiveram em outro país antes de chegar ao Brasil, 14 dos 26 entrevistados já tinham ido a outro país, por fuga, busca de trabalho e, mesmo turismo: Angola, África do Sul, Namíbia, Gabão, Quênia e República Centro Africano. Um deles esteve na Turquia. Deve-se levar em conta que diversos países da África, comparados ao Brasil, seriam considerados pequenos e as distâncias entre eles também. Ir por exemplo, da capital da RDC, Kinshasa, para a capital da República do Congo, Brazzaville, era só atravessar o rio Congo. Bastavam 15 minutos de travessia. Na África, o país mais distante visitado pelos entrevistados foi a África do Sul. De Kinshasa a Johannesburgo, eram 2.781 km., algo como a distância entre Rio de Janeiro e Teresina. No entanto, as passagens aéreas eram caras, por serem internacionais, salvo no caso da viagem à Brazzaville<sup>16</sup>.

A média de idade dos entrevistados era de 33,16 anos, assim distribuídos: os homens, com 32,8 anos; as mulheres, 33,7. O homem mais velho tinha 44 anos; o mais jovem, 21; a mulher mais velha, 59 anos; a mais jovem, 21. Os entrevistados revelaram em quais atividades de produção se inseriram no Brasil nos últimos cinco anos; em quais circunstâncias se encontravam; as atividades profissionais de seus pais; os impactos sofridos por serem imigrantes e pela cor da pele; e como compreendiam as políticas migratórias no país que os recebeu.

Os congolese, assim como outros imigrantes, ao chegarem ao Rio de Janeiro, precisaram trabalhar para sobreviver. Porém mesmo com certo grau de escolaridade, a maioria, quando não trabalhava com cabelo como no caso das mulheres que veremos a seguir, conseguiam subempregos, trabalhos braçais e muitas vezes degradantes.

<sup>16</sup> De acordo com a pesquisa realizada nos sites da Ethiopian Airline e South African Airways no dia 08/02/2020, uma passagem aérea de Kinshasa à Johannesburgo varia entre R\$ 1.735,71 a R\$ 2.500,00. Já a travessia de Kinshasa para Brazzaville, custa R\$ 120,00.

## **Trabalho assalariado**

Os entrevistados imigraram, já vimos, em anos diferentes. O primeiro, em 2002, o último, em 2016, e foram ouvidos entre 2018 e 2019. A maioria, de sexo masculino, já havia trabalhado em mais de duas empresas no Rio de Janeiro, porém a maioria das mulheres trabalhou como autônoma, fazendo tranças. Dos 16 homens, só um, Eduardo, não trabalhou em empresa. Assim que chegou, começou a cortar cabelo no salão de um conhecido. Um trabalhou em seis empresas; seis em uma empresa apenas; cinco, em duas; um, em quatro; dois, em três. Quanto às dez mulheres, uma, em quatro empresas; uma, em duas; três, em uma; cinco, por conta própria, fazendo cabelo. O que revelava pouca estabilidade no trabalho.

Nenhum dos entrevistados trabalhou na mesma empresa com algum parente ou familiar. Sobre as atividades realizadas, no momento das entrevistas, os 16 homens eram assim distribuídos: dois, autônomos; dois, garçons; dois, ajudantes de carga; dois, ajudantes de cozinha e um para cada atividade que segue: catador de doações, monitor de câmera, padeiro, auxiliar de limpeza, ambulante, frentista e cabeleireiro. Um estava desempregado. De dez mulheres oito eram cabeleireiras; uma, atendente de caixa e uma panfletista do salão de cabelo. Antes do emprego atual, atuavam como auxiliar de serviços gerais, atendente de caixa e garçonete; duas, como auxiliares de produção e cinco cabeleireiras.

Sobre como era o trabalho, para Demétrio era bom, “muito tranquilo”, pois trabalhar na venda levava a pessoa a interagir com outras todo tempo, salvo quando o cliente chegava estressado e descontava no vendedor. Fred estava satisfeito como padeiro, menos em trabalhar só à noite. Ele ia das 21 horas às 4h do dia seguinte e, às vezes, dormia até às 6h para pegar um ônibus de volta para casa. Mas naquele espaço de trabalho ele exercia uma atividade de mando. Tinha um ajudante e, assim, organizava seu horário. Para Carlos os quatro anos que trabalhou em um hotel tinham sido bons e tranquilos. No momento da entrevista, ele estava em outro trabalho. Havia sido contratado para dar aula de francês, por uma ONG, que contratava refugiados como professores de idioma.

Já os demais, apontavam especialmente as dificuldades. Atuavam nas áreas de alimentação e bebida, refeição, transporte, mecânica, construção civil, montagem de cenários e palcos e metalurgia. Nestas áreas ocupavam as funções de carregador e auxiliar de carga, auxiliar de produção ou de cozinha, de limpeza e de supermercado, ajudante de pedreiro, pintor, arrecadador de doações para ONG e mecânico de caminhão e de carro-forte. Nesses casos esteve sempre presente, conforme os informantes, o trabalho pesado, difícil e ou desconfortável, em função da altura e exposição ao sol, na construção civil e no

transporte de engradados para empresa de bebida; à exposição ao sol, à sede, à ausência de banheiro, no trabalho de rua; ao calor excessivo, proveniente de forno em metalurgia; excesso de peso em cargas de engradados de bebidas, caixas de frangos e sacos de grãos, frutas e cereais, e peso por transporte de material de construção. Havia exaustão por horas excessivas de trabalho, trabalho noturno, pouco tempo para a alimentação, longo tempo em pé, humilhações expressas em gritos, em palavras que as desqualificavam, foram submetidos ao crime de racismo e xenofobia. Para agravar, havia atraso de salário e mesmo falta de pagamento.

Alguns exemplos: os que trabalharam na empresa de produção de frango sofriam além do frio, o cansaço por permanecerem em pé durante todo o expediente e também devido aos movimentos repetitivos e acelerados, além do peso que alguns carregavam, quando contratados como auxiliares de carga, uns contraíram problemas de saúde como no caso do André que o peso, obrigado a suportar, provocou problema de hérnia de disco. Também Juliana, a congolese médica, contraiu problemas: “o sangue não circulava mais em minhas mãos e pés, e ficaram inchados”, e relatava ainda dores nas mãos e nos pés seis meses depois de sair da empresa. Apesar de ela ser a mais velha no local de trabalho, ficava com responsabilidades mais pesadas e inadequadas por ser africana. Outro caso grave foi o da Dayane, que sofreu um aborto espontâneo no quarto mês de gravidez, porque mesmo naquela situação, trabalhava em local inadequado, em pé, e atribuía o tratamento recebido pela mesma razão de nacionalidade. Foi colocada na primeira rampa, “o lugar mais difícil”, onde a velocidade da chegada do frango era maior e quem estivesse ali devia trabalhar duas vezes mais rápido em relação aos demais. Na segunda gravidez, voltou a ser colocada no mesmo lugar. Trabalhava em pé até os sete meses e três semanas. Só ofereciam a cadeira para a gestante, quando a “barriga aparecesse” e sua barriga continuava pequena. Quando não suportava o cansaço e os incômodos, como não adiantava pedir para descansar, ia embora sem comunicar e tinha o salário descontado. Quando começou a passar mal direto, finalmente lhe ofereceram uma cadeira. Uma semana depois de trabalhar sentada, com oito meses de gestação, nasceu sua filha.

Lembro que comecei a passar muito mal no trabalho. Chamaram a ambulância, me levaram para o hospital e lá fiquei sabendo que tinha que fazer cesariana, porque o bebê e eu estávamos correndo o risco de vida. Não tinha levado nada era quase uma hora da manhã.

Outros congolese, que trabalharam na mesma empresa, tiveram lesões do trabalho sem a mesma gravidade, como no caso de Leandro, que se feriu no dedo e ele. como os demais, sentiam dores na coluna, que podia ser mais grave. O problema de Leandro, como

de tantos, poderia ir além das dores e lesões físicas. Encontrava-se na esfera moral por ofensas verbais e indiferença ou desprezo, expressos por superiores hierárquicos ou por colegas de trabalho, mesmo por compatriotas. Um dos depoimentos contundentes foi de Juliana, de 59 anos, que, no Congo, trabalhou como médica ginecologista, mesmo se sua formação era em clínica geral. E a razão foi agir em favor de “mulheres e crianças estupradas nas aldeias”. Afirmou Juliana que ao chegar em 2015 no Rio de Janeiro, precisava trabalhar, pois veio sozinha e não tinha recursos para comer, pagar aluguel e enviar para a mãe que, idosa, tinha somente ela. Com auxílio de congolese conseguiu um trabalho, submetida por uma semana a um teste, foi contratada. Desde o início sentiu que os colegas de trabalho e a supervisora não falavam com ela, mas gritavam e a tratavam como “se fosse uma criança”. A supervisora parecia não gostar dela, pois com os demais, mesmo os congolese, falava “normal”. Era tratada “como se eu não valesse nada”. Conforme o combinado, o trabalho começava às 22 horas e seria concluído às 7h do dia seguinte, mas às vezes ficava até às 9h. Assim, trabalhava como horas extras até 4 horas.<sup>17</sup> Ficava em uma rampa, onde passavam os frangos aos pedaços e devia separar as partes e empacotá-las em movimentos repetitivos e ágeis. Tudo era novo, jamais tinha trabalhado em algo semelhante. Sendo uma “mulher mais velha”, não compreendia como a colocavam naquele local da rampa, que exigia maior agilidade, “esforço físico e psicológico”. Se parasse “para coçar o pé”, gritavam com ela como se fosse “burra”. Não podia ir ao banheiro, como as demais colegas, pois a supervisora chamava a sua atenção. Esforçava-se em vão para evitar os gritos e as reclamações. Tensa, com dores pelo corpo todo, estressada com as pressões morais e psicológicas retornava para casa exausta. Só se acalmava em casa ao dormir. A supervisora não a respeitava, apesar da idade. Caiu sua imunidade, a pressão subiu, teve problemas de coração e as mãos e as articulações ficaram inchadas e doloridas. Procurava um hospital e o médico sempre pedia que ficasse uns dias de repouso e prescrevia um analgésico. Sem o tratamento necessário, piorou. Como médica, percebia que podia ser algo grave e ser necessário realizar outros exames, contudo as limitações com a língua portuguesa dificultavam a comunicação. Piorava e recebia atestados para ficar em casa o que deixava furiosa a supervisora como se Juliana ficasse doente “de propósito”. A situação foi deteriorando. As mãos e os pés ficavam inchados, o sangue não circulava como devia, sentia dor em todo corpo e não conseguia trabalhar.

<sup>17</sup> O trabalho além de 8 horas por dia é considerado extra e o trabalhador deve receber um adicional. No horário noturno, a hora equivale à 52 minutos e 30 segundos. Assim, cada 7 horas trabalhadas são compreendidas como 8h. A jornada noturna vai das 22 horas às 5 do dia seguinte. A hora noturna tem um acréscimo não inferior à 20% do que seria pago na mesma atividade diurna.

A supervisora não a queria mais. A empresa devia demiti-la, mas, depois de lhe causar sofrimento e lhe faltar com o respeito, voltou a trás. Juliana devia pedir demissão para que não pagassem a verba rescisória. Isso ela não podia fazer por necessitar do dinheiro para se sustentar e se tratar. Quando não conseguiu mais trabalhar, retida em casa com dores, foi demitida e recebeu a verba rescisória, “mas até hoje, dois anos depois, minhas mãos ainda doem e incham, minhas pernas também”. Tinha lesões provocadas pelo trabalho: “Mas as verdadeiras lesões foram morais e mentais”. Ao sair da empresa, o caminho que encontrou não parecia uma oportunidade de resgate de auto estima da médica útil e corajosa que, em situação de conflito, salvava vidas. Distribuía panfletos no calor do verão do Rio de Janeiro, exposta ao sol, buscava clientes no meio da multidão que circulava em Madureira. Recebia mais que na empresa, mas não tinha férias, seguro desemprego, ou qualquer direito trabalhista. E, às vezes, era hostilizada por cabeleireiras que perdiam clientes para ela.

E outros congolese também revelaram o problema da desqualificação sofrida. Uns os ridicularizavam dizendo que eram africanos, que não precisavam escolher trabalho, pois vieram da miséria e deveriam agradecer por estarem empregados, comendo, vivendo em uma casa no Brasil. Havia quem se sentisse humilhado, porque o frango valia mais do que ele. Tinha que se matar para atender as expectativas de produção. Um se sentia humilhado pela ONG que o expunha, para obter mais recursos, ao apresentá-lo como africano que fugiu da guerra e passava fome no Brasil. E era mentira porque não veio para o Brasil como refugiado, fugindo da guerra.

Alguns poucos pareciam encontrar alternativas melhores de trabalho. Leandro, um ano depois da primeira entrevista, trabalhava em um hotel como garçom e explicou que no início, ao chegar ao país, sem falar a língua, tudo era mais difícil, a única alternativa era pegar “trabalho que não te ajuda a crescer, esse tipo de trabalho que pede muita força.” Mas no hotel a situação lhe parecia melhor, pois ali a maioria das pessoas havia estudado, ao contrário de outras atividades, e isso lhe parecia bom. Ele não se referia à remuneração, mas ao ambiente de maior escolaridade. Provavelmente era um local onde a ascensão funcional seria maior, não precisava carregar pesos e o tratamento pessoal era mais cortês. Entre as mulheres, Dayane, saiu da atividade com frangos congelados, alugou um salão de cabeleireiro, juntou dinheiro e foi com a filha para a Bélgica.

Além dos problemas acima citados, alguns dos informantes se queixaram de exercer multitarefa no emprego, por exemplo, o Fernando, contratado em uma empresa de refeições para trabalhar como ajudante de cozinha, realizava atividades além do que considerava razoável: cuidar do lixo e realizar a limpeza do chão. André realizava diversas funções no

Supermercado, onde foi contratado como conferente dos perecíveis, mas, alegou, o gerente “já me fez limpar chão, auxiliar de expedição, repor mercadoria, trabalhar na caixa, etc.”. Fábio também realizou funções além das suas na empresa de montagem de cenários e palcos “quando fui contratado eles não me falaram que era para carregar arquibancadas e outros materiais para montar palco de eventos, eles me falaram que eu tinha sido contratado como montador de eventos, só que na prática eu era carregador de arquibancadas”.

Sobre as características do seu relacionamento com o empregador, os congolese apontaram a irregularidade, a remuneração inadequada pelo trabalho realizado, a imprevisibilidade do fluxo de trabalho e a desconfiança mútua entre o funcionário e o empregador e, em alguns casos, entres os próprios funcionários. Carlos, Fred e Demétrio foram os únicos que classificaram sua relação com o empregador como boa. Os informantes confirmaram que a contratação dos congolese era pelo fato de serem bons nas funções que pediam mais força física, tais como carregar peso ou de resistência e agilidade, como trabalhar em pé por longas horas.

Diminuiu a contratação de congolese e aumentou o número dos despedidos a partir de 2015, conforme os informantes. Um dos entrevistados Leandro, que trabalhava com frangos, explicou que razão do aumento das demissões se deu pela diminuição do mercado de trabalho e empresas que entraram em falência. As poucas vagas ficavam para os brasileiros. As empresas que funcionavam com dois turnos, fecharam um, o noturno, justamente o oferecido aos congolese.

Só um dos entrevistados buscou a justiça brasileira para restabelecer direitos trabalhistas considerados violados e não houve informação de busca de auxílio do consulado ou da embaixada da RDC. É verdade que a Embaixada e Consulado funcionam há mais de dois mil quilômetros de distância, em Brasília, o que certamente seria uma razão a mais para não ser procurada e o atendimento era precário, mesmo por telefone.

### **Trabalho autônomo**

Eduardo tinha um salão de barbearia, na região da Central do Brasil, próximo a estação de metrô e de trem, local de muita movimentação humana, com a especialidade em corte, tranças e apliques de cabelo afro. A esposa dele era a responsável pelo implante de apliques e tranças, mas ela não se encontrava no local, também não havia clientes para este serviço naquela quarta-feira pelas 11h. O estabelecimento se encontrava em um prédio da prefeitura e em uma rua ambos aparentemente abandonados, estava chuviscando, havia água de chuva empoçada, o salão estava pintado internamente com cores vivas - dourada,

branca, amarela e preta. Ele explicou que o salão passava por uma reforma e, de fato, tudo era precário e os pentes, as cadeiras e os materiais de trabalho, sujos. O banheiro não tinha porta, descarga ou pia para lavar as mãos. Se a falta de higiene nos salões era uma constante, nas casas tudo parecia arrumado e limpo apesar de tudo ser simples.

Muitas congolese se dedicavam ao trabalho em salões de beleza, como autônomas. A maioria, por conta própria, porém nem todas tinham recursos para alugar o espaço e utilizavam, mediante pagamento, o espaço de outros. Aquelas que alugavam, pagavam ao proprietário semanalmente R\$ 200,00 e forneciam o material de trabalho – cabelos humanos e sintéticos, linha, adereços para o cabelo, cílios postiços, cadeiras, panfletos, etc. – para as “autônomas” que prestavam ali seu serviço. Das sete entrevistadas em grupo, quatro eram donas de salões e três trabalhavam para outras pessoas em outros salões na mesma galeria. No caso das que trabalhavam para outras, o pagamento era dividido entre a trançadeira de cabelo e a dona do salão, que também exercia a mesma profissão. Os clientes só pagavam a trança, o material usado para isso era da dona do estabelecimento. Nessa galeria além de congolese tinha também uma forte presença de nigerianas, ganenses e angolanas. Somente em Madureira tais imigrantes ocupavam mais de 30 boxes em três galerias. Em cada *box* o número de cabeleireiras oscilava de quatro a nove. Mas também tinham outros salões africanos na Central do Brasil e no mercado popular de Duque de Caxias. Em Duque de Caxias havia a presença masculina nas galerias de gente da Nigéria, Gana e Angola. Estes cortavam cabelo.

Em média uma “cabeça” trançada custava R\$ 200,00. Cada cabeleireira podia trançar até quatro por dia. No período de festividades - carnaval, fim de ano, dia das mães, dia das crianças, etc. - aumentava o número de clientes e, nessas épocas, trabalhavam às vezes até às duas da madrugada. Permaneciam na parte exterior a partir das 19h, momento no qual a galeria era fechada, na parte externa, os pertences das cabeleireiras ficavam no chão, a iluminação era dos postes públicos e as cadeiras eram emprestadas ou alugadas de quiosques vizinhos. Mesmo trabalhando na parte externa, as trançadeiras e as donas dos salões mantinham a mesma porcentagem na divisão do pagamento recebido, pois estas forneciam o material de trabalho, do mesmo modo. Com os salões pequenos, geralmente as cadeiras estavam reservadas para clientes em atendimento. As profissionais permaneciam em pé da chegada à galeria, que era às oito horas, até irem embora, sem horário certo. E tinham 15 minutos para almoçar, ou almoçavam quando faltavam clientes, fato que ocorria raramente. Os salões eram compartimentos de dois metros quadrados no máximo, o local, sem ventilação e sem ar-condicionado, acrescido de um número expressivo de clientes e de cabeleireiras tornava ainda mais quente no verão. Para amenizar, algumas levavam

ventiladores de casa. O trabalho, relatou Dayane, era lucrativo, mas difícil, e, com o tempo, surgiam problemas de saúde pelas horas em pé e pela velocidade no atendimento. Quanto mais tranças fizessem, mais dinheiro receberiam.

Nos salões, além de venderem cabelos e apliques, e realizarem as tranças, se vendia também produtos africanos como roupas, maquiagem, hidratantes corporais, alimentos. Para se alimentar, ao modo do país de origem, compravam refeições de duas outras congolezas por R\$15,00. A grande maioria dos clientes atendidos era composta por brasileiros, homens e mulheres, negros. Uma minoria branca fazia trança no período de carnaval. Em janeiro diminuía sensivelmente os clientes.

Equiparando com a situação do Congo, as condições de trabalho das cabeleireiras eram parecidas, os locais pequenos, quentes, sem ventilação, lotados, as profissionais passavam o dia inteiro em pé, os banheiros eram sujos, sem papel higiênico. Mas, no Congo, diferentemente do Brasil, as cabeleireiras não alugavam salão, porque trabalhavam dentro ou na parte externa das lojas que vendiam cabelo nos mercados populares. Tinham dois mercados famosos em Kinshasa, local de nascimento da maior parte dos entrevistados, chamados Grand Marché de Kinshasa ou Zando e Marché Gambela. Ali a maioria das lojas era de imigrantes chineses ou coreanos. O valor pago pelo cliente não era dividido com o dono da loja, mas no fim do dia cada cabeleireira devia passar ao dono da loja algo como 10% do total recebido. Isso somente por ter trabalhado naquele espaço, pois o material de trabalho, a cadeira e a busca do cliente eram por conta da própria cabeleireira. Diferentemente do Brasil, onde a dona do salão oferecia o material, o local e a cadeira, a cabeleireira apenas fornecia o serviço. Em Kinshasa a média paga para realizar tranças em uma cabeça era de U\$ 20,00, segundo nos informou Dayane e outra congoleza que se encontrava no Congo e não fez parte das entrevistas. E as mulheres faziam até seis, por dia. Diferia do Brasil, a presença masculina nos salões. Em Kinshasa, a atividade de manicure era especialmente masculina seja na pintura de unhas de mulheres ou de homens. Raramente era feita nos salões, os manicures andavam pelas ruas da cidade, fazendo barulho com contração de dois vidros de esmalte, os clientes os percebiam, os chamavam e eram atendidas dentro ou fora de casa.

Segundo um dos informantes, Carlos, a razão da maioria das congolezas trabalharem com cabelo e não de carteira assinada, se explicava porque, ao chegar, a pessoa não sabia se expressar em português. Encontrar trabalho se tornava difícil por causa da língua. Contudo os homens tinham a “vantagem” da sua força física. Podiam se inserir em atividades onde falar não era o essencial. Iam para atividades que requeriam, por exemplo, carregar peso. E, as mulheres, sem as mesmas condições físicas, encontraram como alternativa, fazer tranças.

E haveria “um mito na cabeça dos ocidentais de achar que as africanas são safas para fazer cabelo”, pois conseguiam clientes. “Chegam aqui hoje, já amanhã ou, depois de dois dias, começam a fazer cabelo.” Enquanto a mulher conseguia um trabalho com rapidez, os homens podiam tardar três, quatro meses. E, o salário mínimo no Brasil era de 900 reais; no salão ganhavam mensalmente 1500, 2000. Assim não sentiam “necessidade de trabalhar de carteira assinada não”.

### **Como se reconhecem e são reconhecidos no trabalho**

Temos até aqui duas modalidades de trabalho. Uma a do assalariamento claro e a outra do salão. De um lado o patrão, em geral nacional, do outro o trabalhador congolês. Nos salões de beleza, a circunstância diferia. Nestes, a partir de 2016, os proprietários não precisavam estabelecer relações de trabalho. Os profissionais se tornavam “parceiros”, isso é, estavam livres para não terem os direitos trabalhistas contemplados: as férias, o 13º salário, o recolhimento patronal de Previdência Social etc.<sup>18</sup> Assim, as mulheres inseridas neste mercado, não se viam nem seriam necessariamente vistas pelas autoridades como assalariadas. A relação de trabalho seria considerada de parceria. No entanto, em relação aos demais, ao primeiro grupo, de assalariamento, onde em princípio a pessoa estaria mais protegida, podia se dar o chamado trabalho escravo. Vejamos alguns dos depoimentos. Para Diogo havia trabalho escravo no Brasil “porque tem uns amigos do Congo que trabalham em uma empresa de fabricação de manequim de lojas”. Tinham “horário para entrar, mas não para sair, além de não usarem proteção contra o pó que saia na fabricação desses manequins e não poder reclamar”. E explicou o que lhe parecia ser trabalho escravo: “É um trabalho que você não pode reclamar, que não segue as leis que são oito horas de trabalho diários, com uma hora de almoço. Quando você trabalha sem hora e você não descansa, além de não poder reclamar, é trabalho escravo”. E continuou: as pessoas não abandonavam o emprego: “porque precisam trabalhar para arrumar dinheiro para pagar casa, comprar comida e está difícil arrumar emprego aqui”. Diego, assim apresenta três características: trabalho exaustivo pelo tempo excessivo gasto na atividade, pelas condições degradantes - o pó expelido na fabricação dos manequins e não poder reclamar. Como para Diego, Marcos considerava que trabalho escravo era quando a pessoa não podia reclamar nem descansar. E contou que na lanchonete onde trabalhava “eu não podia reclamar que estava cansado, nem podia descansar. Você vai lancher um *hambúrguer* e *guaravita* e depois de cinco minutos

<sup>18</sup> De acordo com o Artigo 1 da Lei Nº 13.352: “Os salões de beleza poderão celebrar contratos de parceria, por escrito, nos termos definidos nesta Lei, com os profissionais que desempenham as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador. § 1º Os estabelecimentos e os profissionais de que trata o *caput*, ao atuarem nos termos desta Lei, serão denominados salão-parceiro e profissional-parceiro, respectivamente, para todos os efeitos jurídicos.”

tem que voltar a trabalhar e nem descansou.” André afirmou que se fosse qualificar como trabalhou - carregou peso e foi submetido ao trabalho contínuo e cansativo - ele chamaria de “serviço de escravo”. E explicou: “A palavra certa é trabalho escravo porque você é obrigado a fazer alguma coisa”. A pessoa seria forçada a cumprir horas extras com medo de ficar desempregada. Não sabia informar se no Congo tinha trabalho escravo porque, quando estava ali, só estudava.

Ouvimos também Carlos, que compreendia ser trabalho escravo a atividade laboral sem remuneração ou a pessoa ser levada ao trabalho “além das horas definidas”, pois “fazia muito sofrer a pessoa”. E seria um problema que atingia congolese no Rio de Janeiro e era reconhecido por muitos destes. Reclamavam que, para eles, restava o trabalho braçal e pesado, e a baixa remuneração. Reclamavam ser um “trabalho escravo porque você trabalha muito, mas no final a remuneração é abaixo do salário mínimo.”

Uma auditora e um auditor, fiscais de trabalho, que atuaram por mais de duas décadas em dezenas de operações de resgate de trabalhadores, inclusive no Grupo Especial de Fiscalização Móvel do antigo Ministério do Trabalho e Emprego<sup>19</sup>, tiveram acesso a algumas entrevistas e opinaram sobre as informações prestadas quanto ao trabalho que os congolese executavam no Rio de Janeiro. A auditora afirmou que a primeira característica percebida era a de que todos eram imigrantes e poderiam ter dificuldades com a documentação e isso os tornava mais facilmente “vítimas” do “sistema de exploração capitalista” e se submetiam ao trabalho sem o exercício “da plenitude dos seus direitos”. O fato de serem estrangeiros criava uma situação de maior “vulnerabilidade social” a “despeito da raça, etnia” e do fato de serem congolese. Ao analisar cada caso, percebia que era “confortável” para as empresas contratá-los. Podiam burlar as leis trabalhistas, submetê-los a situações precárias, próximas de fornos, sem equipamento de proteção individual e coletiva que lhes mitigaria o calor, e a lesões por movimentos repetitivos, atividades extenuantes e desgastantes que envolveram mulher grávida (que perdeu a criança) e mulher idosa, jovem que teve lesões de coluna, em função de peso. Era um quadro no qual se configurava doenças ocupacionais. André, por exemplo, explicou Auditora, “ficou com hérnia de disco” pelo excesso de peso que transportava sob a alegação de que “tinha uma constituição física melhor, maior robustez” e excedia no horário em atividade exaustiva e noturna. Não suportou, solicitou demissão. Como a rescisão não foi iniciativa do empregador, perdeu direitos como ao saque do fundo de garantia. Mesmo se não houvesse

<sup>19</sup> Na época das entrevistas ainda havia o Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2019, com o Governo Jair Bolsonaro, foi extinto.

a dilatação de horas no trabalho, a forma abusiva, como foram submetidos ao trabalho, revelava “qualitativamente a jornada exaustiva” e “degradante”. Assinar carteira do trabalhador não significava cumprir com as obrigações trabalhistas e criminais e não era “pré-requisito” para garantir não existir “trabalho escravo”. E citou uma ação na qual os auditores flagraram, em 2014, cerca de 1180 trabalhadores submetidos ao trabalho escravo, mas tinham suas carteiras assinadas. Outro problema: o trabalhador, no local de origem, podia ter tido experiências de exploração até pior como foi o caso de chineses resgatados no Rio de Janeiro. “No fundo eles pensam assim, ‘por que eles estão fazendo isso tudo?’. Onde estavam, (era) muito pior. ‘Aqui mesmo, com essas condições precárias, ainda está melhor para mim’. Então não entendem o que está acontecendo”.

Os congolese disseram que o serviço que realizavam era aquele que os brasileiros não queriam fazer. A auditora compreendia, pois, a vulnerabilidade permitia que isso também se desse com chineses e haitianos. Ou mesmo com nordestinos, como os piauienses, que se submetiam a circunstâncias que os do local rejeitariam. A auditora se deparou com um haitiano qualificado acadêmica e profissionalmente, mas em atividades que não requeriam especialização. Para a auditora “a exploração é tão grande que não vale mais o nível de instrução”. Ao se deparar com a entrevista de Dayane, a auditora ponderou que era uma trabalhadora de limpeza e “ganhava pouquíssimo”, era submetida a “servidão por dívida” porque trabalhava “praticamente pela comida”. Realizavam contra ela “descontos vias regras ilegais”, a ponto de quase que não receber salário. “No segundo emprego, a jornada era noturna, ela trabalhava das 22 horas às sete horas. A hora noturna equivale a muito mais hora. Nesse período, tem que majorar em 20% (...). Como ela tinha (direito a) uma hora de pausa, ela não estava trabalhando oito horas”. Assim, trabalhava mais e estava grávida.

Outro a opinar, foi o auditor. Também apontou o que havia de comum entre os entrevistados: eram *outsiders*. Vinham de fora e, por isso, se encontravam “mais vulneráveis a qualquer forma do trabalho oferecido”. Sem vínculos locais, por necessidade, não reclamavam da exposição ao sol ao longo do dia, das limitações de acesso ao banheiro mesmo para a grávida, do peso excedente, das horas extras involuntárias, da quantidade de trabalho. Em uma situação normal, a gestante devia ter um acompanhamento do médico da própria empresa que deveria informar se ela podia “desempenhar aquela função”, com a mesma produtividade, naquele mesmo tempo, da mesma forma que as outras. Caso não fosse possível, a atividade deveria ser adaptada com uma cadeira, com a diminuição da jornada ou com a transferência dela para outra atividade. Estando grávida, tinha estabilidade e não podia ser mandada embora. Seria o “programa de controle risco

ocupacional". Nesse caso, o desrespeito à "limitação física momentânea" da grávida, denotou um trabalho degradante e exaustivo, por isso, escravo. O racismo também seria uma forma de degradância nas relações de trabalho.

Discutimos algumas entrevistas dos congolezes com alunos de mestrado que estudavam o tema da escravidão contemporânea. Entre eles havia uma juíza do trabalho e uma advogada trabalhista. De seis estudantes, cinco caracterizaram as condições de trabalho dos congolezes no Rio como trabalho escravo, por fazerem horas extras forçadas, trabalho exaustivo, movimento repetitivo e principalmente pelas humilhações sofridas. Para a juíza, a situação da André era de escravidão, por ter que pegar peso excessivo, e pelos comentários racistas e desqualificadores do gerente: "africano não devia escolher trabalho". André tinha, em consequência disso, problema de saúde. Havia uma situação degradante no Supermercado Extra e o trabalho exaustivo na Rica Alimentos, além das horas previstas, do peso e do movimento repetitivo. Quanto a advogada trabalhista, sobre a entrevista da Dayane que perdeu a gravidez devido ao trabalho pesado, caracterizou como trabalho "difícil", não escravo, pois a mesma alegou que é uma situação normal de trabalho, vários brasileiros trabalham nas mesmas condições, perder a gravidez foi um ato normal, ela poderia ter perdido a gravidez em outras circunstâncias também. A advogada não queria banalizar o trabalho escravo, então o caso da Dada para ela, não se enquadraria como trabalho escravo.

### **Ficar ou emigrar**

Como vimos acima, uns congolezes vieram por perseguição política, outros por perseguição e necessidade econômica, talvez alguns só por necessidade econômica, outros, por desejo de estudar. Contudo por que o Brasil? Alguns por afinidade cultural, outros porque não conseguiram visto para outro país, ou vieram por acidente, como os que embarcaram em navio sem saber sequer o destino; ou vieram porque tinham parentes no país e acreditavam que o Brasil ofereceria mais oportunidades. Os que optaram por estudar, a razão foi a existência aqui de um programa de ensino, o PEC-G, para africanos e latino-americanos. Alguns, com a crise econômica e política vivida pelo Brasil após 2016, tão logo fosse possível, se deslocariam para outros países. Para um a situação brasileira parecia com a do Congo, e o salário era baixo; alguns apontavam que faltavam oportunidades de ascensão profissional e havia o desejo de atuar na própria profissão, havia excesso de trabalho e a moeda era desvalorizada frente ao dólar e ao euro. Houve quem acrescentasse que a "educação" no Brasil não era boa, os filhos desrespeitavam os pais, a autoridade paterna não era preservada e outros, razões de insegurança e violência, inclusive

presenciada. Um afirmou que retornaria ao seu país, quando houvesse mudança política ali: “Eu penso em voltar, só que quando a guerra acabar ou o presidente que está no poder sair”. Outra razão para partir: “Porque eu ainda dependo dos meus pais, e mês passado eles foram morar na França, daqui a dois meses irei ao encontro deles”. As sete mulheres conjuntamente entrevistadas foram unânimes em afirmar que não pretendiam ficar no Brasil.

Dos 26 entrevistados, só quatro informaram sobre o desejo de permanecer no Brasil - Fábio, Carlos, Eduardo e Leandro. Salvo o primeiro, os demais tinham obtido algum sucesso. Carlos dava aula de francês, tinha casa própria, casou-se com brasileira com quem teve um filho, obteve prestígio social e se tornou uma referência entre os refugiados de seu país e mesmo de outros países. Afirmou, contudo que “se a crise continuasse e atingisse certo nível”, se o país chegasse ao ponto que havia chegado a Venezuela, iria embora. Mas esperava que a situação melhorasse, a crise fosse superada, pois o Brasil era um país bom para viver. Outro, Eduardo, tinha, além de casa e carro próprios, três salões de cabeleireiro masculino, um com três profissionais congolese e o segundo salão com três brasileiros; o terceiro, fechado pelo baixo movimento. Leandro trabalhava onde gostava, em um hotel, e tinha oportunidade de crescimento profissional. Já começava a dar aulas de inglês e retornava à faculdade. Para aqueles outros o país não oferecia oportunidades que justificassem a permanência. Vale ressaltar que, entre fevereiro de 2018, quando iniciamos as entrevistas, a dezembro de 2019, 15 já haviam partido, desses, dez para Europa, dois para os Estados Unidos, dois para o Canadá e um retornou ao Congo. E, no entanto, Fábio, um dos que afirmava querer permanecer no Brasil, também já havia migrado e estava na Suíça. Os países de fala francesa - Canadá, França, Bélgica e Suíça - ofereciam a facilidade da comunicação, maior probabilidade de estabilidade e sucesso econômico.<sup>20</sup>

Todos os informantes tinham desejo de retornar a RDC algum dia, mas alguns afirmaram que só depois de terem conquistado alguma soma em dinheiro ou depois que o país se restabelecesse política e economicamente. Também os entrevistados pensavam em investir no Congo futuramente.

## **Conclusão**

Como outros estrangeiros, os congolese no Rio de Janeiro vivenciaram experiências complexas nas relações de imigrante com a comunidade envolvente e com o trabalho

<sup>20</sup> Bruno, Gerson, Fábio, Dayane, Juliana, Vera, Mirna, Pietra, Marcos, Wilson, Gina, Clara e Dan, Diogo e Nora. Os dois últimos foram por terra. Diogo já está em Toronto. De Nora, não se tem notícia. Seu esposo Gerson, conseguiu o visto para os EUA e foi com o filho na frente. Nora foi depois.

mesmo alguns tendo curso universitário. Tiveram que construir seu lugar, superar dificuldades e medos, estabelecer negociações consigo mesmo e com o outro, superar ruídos nas relações pessoais, institucionais e construir um novo modo de ser e viver. Provavelmente não abandonaram o passado, a memória, os valores, a história pessoal e de grupo, expressa inclusive em formas de terem acesso a comida costumeira no Congo, nas cores com as quais pintavam a parede de suas residências e locais de trabalho, na beleza dos penteados e das tranças, e na ajuda que regularmente enviavam a parentes no país de origem, pois se eram imigrantes, eram também emigrantes e havia a preocupação com os que ficaram (Sayad. 1998), mas incorporaram e estabeleceram novas formas de ser no mundo. Puderam aprender a relativizar questões étnicas que se tornaram secundárias e algo maior ganhou força e identidade para uns: ser congolês, ser africano, ser preto. Aqui a discriminação sofrida não era pela etnia, mas especialmente pela cor da pele e pelo continente de onde vieram. Sofreram mudanças e intervenções na sua cosmovisão e nos seus hábitos e certamente mudaram lugares onde trabalharam e habitaram, interferiram com sua cultura, seu olhar, seu jeito de ser. Julgaram e foram julgados. Sofreram preconceitos, foram submetidos ao trabalho degradante, exaustivo e humilhante e tiveram que lidar com o fato de serem *outsiders* e, por o serem, foram mais explorados. Se tivessem os olhos claros, a pele branca, com a formação que tinham, talvez mais facilmente conseguiriam outros trabalhos, como os imigrantes sírios. Mas, com a cor da pele e a origem africana, eram tratados como se fossem menos inteligentes, menos preparados e aptos ao trabalho mais pesado. Aqui observamos parte destas complexas relações e, especialmente, como foram estranhados pelos nativos e se estranharam entre si e estranharam os do país que os recebia e diversos consideraram a relação de trabalho vivida como de escravidão. E, neste ponto, houve concordância por parte dos auditores de trabalho consultados e por estudantes do tema em aula de mestrado. Soubemos por uma procuradora do trabalho, que houve fiscalização em uma unidade onde alguns congolezes haviam trabalhado – aquela dos frangos congelados - e os auditores e os procuradores do trabalho não identificaram nada. Contudo a fiscalização só se deu depois que já haviam saído de lá.

A maioria das mulheres encontrou nas atividades de beleza uma alternativa econômica e não se assalariaram; outros encontraram inserções menos degradantes e mais satisfatórias em nível pessoal, como professor ou funcionário de hotel, por exemplo. Nem todos tiveram o mesmo modo de se inserir no Rio de Janeiro nem consideram a experiência igual, mas, em geral, se pode afirmar que não foram passivos. Para a maioria dos entrevistados o Brasil foi um momento na migração até conseguirem partir para outros países na expectativa de obterem maior sucesso. Os que ficaram, apesar das dificuldades, buscaram construir formas consideradas mais adequadas de trabalhar e viver. Alguns

aprenderam e explicaram aos de imigração mais recente, que deviam manter boas relações com os brasileiros nas favelas e não se meterem em questões de dinheiro e mulher.

## Obras citadas

- ACNUR. (2019) Onda de violência desloca mais de 300 mil pessoas na República Democrática do Congo. 19 de junho. Acesso em 23/08.2020.
- Cavalcanti, Tiago Muniz. (2020) “Como o Brasil enfrenta o trabalho escravo contemporâneo. In Sakamoto, Leonardo (org.) *Escravidão Contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- Corrêa, Mariana A. S.; Nepomuceno, Raísa B.; Mattos, Wesley H. C.; Miranda, Carla. (2015) “Migração por sobrevivência: soluções brasileiras”. In *Remhu - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*. Ano XXIII, n. 44- jan./jun. pp. 221-236.
- Figueira, Ricardo Rezende; Prado, Adonia; Palmeira, Rafael Franca. (2017) “A escravidão contemporânea e suas transformações na Amazônia brasileira: os depoimentos das vítimas ». In *Brésil(s) – Sciences Humaines et Sociales*. Volume 1, 11/ Dossiê Escravidão Contemporânea. Disponível em <http://bresils.revues.org/2186>. Acesso 23/08/2020.
- Gallo, Fernanda. (2017) “O silencioso drama da República Democrática do Congo: Narrativas de refúgio em São Paulo”. In *HADES – Revista Interdisciplinar do Grupo de Pesquisa Conflitos Armados, Massacres e Genocídios na Era Contemporânea da UNIFESP - n° 1 – Jul/Dez: pp. 144-167*.
- Goffman, Erwing. (1999) *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- Haydu, Marcelo. (2017) *Refugiados congolezes na cidade de São Paulo: processo migratório e itinerários terapêuticos*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade de São Paulo.
- Mbuyamba, Sarah Masengu. (2017) *Políticas Públicas e os Refugiados Congolezes no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos). Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos, Universidade Federal de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Musibono, Dieudonné E.; Biey, E.M; Kisangala, M; Nsimanda, C.I., Munzumdu, B.A.; Kekolemba, V. Et Palus, J.J. (2011) “Agriculture urbaine comme réponse au chômage à Kinshasa, République Démocratique du Congo”. In *Vertigo, La Revue eletronique en science de l'Environnement*. Volume 11, n. 1. Maio.
- RDC: “l’opposant Félix Tshisekedi proclamé vainqueur de la présidentielle”. (2019) *RFI Afrique*, 10 de jan. Disponível em: [www.rfi.fr/afrique/20190110-elections-rdc-ceni-resultats-provisoires-presidentielle-provinciales](http://www.rfi.fr/afrique/20190110-elections-rdc-ceni-resultats-provisoires-presidentielle-provinciales) . Acesso em 25 de outubro de 2019.

Reiffen, Franziska. (2019) “¿Pourquoi tu te mets là comme ça? Migrantes congoleñas y prácticas de hacienda-lugar en São Paulo”. In *REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*; Vol. 27, n.º. 56 – agosto, pp. 117-137.

Sayad, Abdelmalek. (1998) *A imigração – ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP.

Souza, Robério S. (2015) *Trabalhadores nos trilhos: imigrantes e nacionais livres e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Villen, Patrícia. (2014) “A nova configuração da imigração no Brasil sob a ótica do trabalho”. In Antunes, Ricardo (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo.